

## Absolutismo e Liberalismo no *Arquivo Nacional* (1932-1937).

### O princípio da liberdade no pensamento de Rocha Martins

Maria da Conceição Meireles Pereira  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CEPESE

1. Introdução  
Em 1932, publicou-se em Lisboa a revista *Arquivo Nacional*, da qual Rocha Martins (1885-1954) foi o primeiro responsável. A revista, criada por Rocha Martins, tinha como objetivo "reunir, em de realismo", "Não sendo, como seria de esperar, uma publicação de caráter científico, mas antes de caráter popular, a revista tem a intenção de servir de ponto de partida para a história de Portugal desde as épocas mais remotas até à contemporaneidade. E, como aquelas histórias, pretende-se redigir as primeiras e últimas, e verdadeiramente populares de todo tempo a única obra digna de um escritor independente".

A *Arquivo Nacional* de Rocha Martins, na qualidade de director e redactor principal, sobreviveu aos últimos anos de publicação. Em Janeiro de 1938, anunciou que de então em diante, o *Arquivo Nacional* passava a contar com Gomes Monteiro como redactor principal, "em nome próprio do título". O primeiro número de 1932 foi editado por Rocha Martins, que continuou a figurar no cabeçalho como director, mas pela "Redacção". Nos últimos anos (1940-1942) a direcção foi exercida por Gomes Monteiro, durante a 2.ª edição de Rocha Martins no lado direito do cabeçalho, na qualidade de "Redacção". Mas até esta altura, sempre desapercebida nos últimos números, não exactamente a partir de 1.º de Maio de 1942. No derradeiro fascículo, o artigo editorial anunciava a suspensão da publicação da revista durante a guerra, mas, embora anunciou a suspensão da publicação da revista, não deixou de publicar o número de Maio de 1942, com regresso não só ao conteúdo editorial, mas também ao formato que a revista tinha antes da guerra, com a publicação de artigos e de estudos que, apesar de não serem exactamente da mesma natureza, eram de grande interesse para a história de Portugal.

1. Rocha, *Arquivo Nacional*, vol. I, fascículo I, Lisboa, 1932, p. 1.

2. Rocha, *Arquivo Nacional*, vol. I, fascículo I, 1932, p. 2.

3. Rocha, *Arquivo Nacional*, vol. I, fascículo I, 1932, p. 1.

4. Rocha, *Arquivo Nacional*, vol. I, fascículo I, 1932, p. 1.



# 1. Introdução. Objecto deste estudo

Entre 1932 e 1942, período praticamente coincidente com a primeira década do Estado Novo, publicou-se em Lisboa a revista *Arquivo Nacional. Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas*, semanário fundado por Rocha Martins (1879-1952) que “granjeou reputação de realce”<sup>1</sup>. “Não sendo uma saca de erudição como as escritas pelos académicos”, esta publicação “barata, sem luxos, mas asseada”, com textos pequenos mas incisivos, pretendia divulgar a História de Portugal desde as épocas mais recuadas até à contemporaneidade. E nesses estudos históricos, prometia o redactor no primeiro editorial, “a verdade palpitará acima de tudo como a única bandeira digna de um escritor independente”<sup>2</sup>.

A predominância de Rocha Martins na revista, na qualidade de director e redactor principal, esbateu-se nos últimos anos de publicação. Em Janeiro de 1938, anunciava que de então em diante, o *Arquivo Nacional* passava a contar com Gomes Monteiro como redactor principal, “na acepção própria do título”<sup>3</sup>. O primeiro editorial de 1939 já não era assinado por Martins – que continuava a figurar no cabeçalho como director – mas pela “Redacção”. Nos últimos três anos (1940-1942) a direcção foi assumida por Gomes Monteiro, fazendo-se a evocação de Rocha Martins no lado direito do cabeçalho, na qualidade de “fundador”. Mas até esta referência desapareceu nos últimos números, mais exactamente a partir do n.º 567, de 18 de Novembro de 1942. No derradeiro fascículo, o artigo redactorial anunciava a suspensão da publicação devido à conjuntura de guerra, mas embora afirmasse a esperança de retornar às lides da imprensa num contexto mundial diverso<sup>4</sup>, esse regresso não faria mais sentido a nível interno pois a orientação que o seu criador lhe imprimira era incompatível com o regime vigente.

<sup>1</sup> Pires, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX*, vol. 1, Lisboa, Grifo, 1996, p. 70.

<sup>2</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 1, 15.1.1932, p. 2.

<sup>3</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 313, 5.1.1938, p. 2. Além de fazer o elogio de Gomes Monteiro, “brilhante investigador e homem de letras”, Rocha Martins apresenta-o como redactor o *Diário de Notícias* e seu antigo colaborador no *ABC*. Apesar desta mudança, Martins pretende assegurar os leitores de que a linha orientadora da revista não sofrerá alterações, até porque, afirma: “Vamos continuar a nossa acção de outrora, auxiliados por outro distinto colega, Oliveira Abrantes, que tem sido colaborador assíduo do *Arquivo Nacional*”. Todavia, se as “grandes evocações históricas” continuavam a ser “as preferidas”, refere que se impunha animar a revista, “porque, se o passado muito interessa, o presente não deve ser esquecido”. Isso é, apesar de o *Arquivo Nacional*, desde a primeira hora, nunca se ter alheado das questões da actualidade nacional e internacional, a partir da eclosão da 2.ª Guerra entendeu que essa vertente deveria ser reforçada, tendo em vista o influxo que Portugal recebia dos grandes países da Europa e, por mais que buscasse “afastar-se daquelas influências, jamais o poderá conseguir”.

<sup>4</sup> “Contamos, portanto, que o ‘Arquivo Nacional’ reapareça quando o panorama mundial da hora presente tenha melhorado de aspecto e voltem a raiar dias de paz e sossego sobre a Humanidade torturada” (*Arquivo Nacional*, n.º 573, 30.12.1942, p. 818).



Com efeito, Rocha Martins fora poucos anos antes afastado da direcção do *ABC* (1920-1931) e agora, por motivos análogos, do *Arquivo Nacional*, ambos os semanários encerrados por desafectos com o governo. A sua incapacidade de se colar a regimes de forma acrítica valeu-lhe muitas vezes a solidão e a incompreensão, pese embora tivesse privado, até de forma profundamente amistosa, com numerosos intelectuais e políticos do seu tempo: “Todas as amarguras que sofri devi-as ao meu grande desejo de independência e ao meu amor à Liberdade”<sup>5</sup>.

Pelas razões apontadas, o escopo cronológico desta análise incidirá nos anos 1932-1937, período em que Rocha Martins domina o *Arquivo Nacional*, conferindo-lhe os contornos que desejava e as temáticas que pretendia, sendo da sua autoria a quase totalidade dos artigos publicados.

Tradicionalmente apresentado como homem de letras, cultor da literatura nos seus vários géneros, sobretudo o romance histórico, parece ter avultado em Rocha Martins a dimensão de jornalista e historiador, como o aponta o título de uma pequena edição da Câmara Municipal de Lisboa, publicada em sua homenagem há pouco mais de uma dúzia de anos<sup>6</sup>. Todavia, a actividade jornalística ressalta na sua biografia, comprovada pelos numerosos e importantes periódicos que fundou e em que colaborou afincadamente, tendo iniciado por volta dos vinte anos a sua carreira profissional no jornal *Vanguarda*, pela mão do director Magalhães Lima.

Já a classificação de historiador parece algo forçada. Não obstante os seus conhecimentos na área e uma metodologia que valorizava o documento, não inovou, derramou a sua escrita prolixa por temáticas variadas, tornando-se um divulgador apreciado de temas históricos, um “historiador do povo”, de leitura fácil e imediata, necessariamente marginalizado pelos meios académicos<sup>7</sup>. Aliás, o próprio não se assumia como historiador, antes um “cronista anotador da vida contemporânea” e, especialmente, cronista dos “últimos reis constitucionais”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> “Confissões de Rocha Martins”. *Ver e Crer*, Lisboa, n.º 49, Maio de 1949, p. 6.

<sup>6</sup> Câmara Municipal de Lisboa – *Rocha Martins. Jornalista e Historiador*, Lisboa, Comissão Municipal de Toponímia, Novembro 1993 (12 p.).

<sup>7</sup> “Foi o historiador do povo, daquele que em Coimbra, uma certa estirpe académica se ria, chamando à sua literatura divulgadora de ‘letras decorativas de guarda-pratas’, mas que efectivamente tinha o dom de comunicar conhecimentos e sempre ao serviço da cultura popular” (Albernaz, Carla – “Um combatente pela liberdade: o jornalista Rocha Martins”. *Vértice*, n.º 108, Nov.-Dez., 2002, p. 41).

<sup>8</sup> Vicente, Paula Susana Nunes – *Fala o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 170.

No final da vida admitiu que na sua segunda fase literária se dedicara “a trabalhos em que a fantasia não tornava a História enganadora como nas obras de Alexandre Dumas, pai, e nos de todos os romancistas que fazem da História a moldura dos seus trabalhos”<sup>9</sup>.

A História tinha, a seu ver, uma função pragmática, as lições do passado deviam servir o presente e essa vertente pedagógico-formativa é logo realçada no primeiro texto que assina para o *Arquivo Nacional*<sup>10</sup>.

Não cabe neste estudo detalhar o seu pensamento político, aliás tema de investigações específicas<sup>11</sup>, mas o sentido do percurso ideológico de Rocha Martins, não destituído de contradições pelo menos aparentes bem como de indefectíveis coerências, permite compreender os seus escritos históricos, as representações historiográficas dos temas em análise. Inicialmente republicano por influência paterna, abraçou esse credo sem devoção fanática até ao regicídio, momento em que passa a defender a monarquia constitucional, tornando-se adepto do sidonismo (depois de o ter sido também do franquismo); a morte de D. Manuel II e a recusa de aceitar D. Duarte Nuno como legítimo herdeiro do trono levam-no a abandonar as hostes monárquicas e, depois de ter saudado o 28 de Maio de 1926, incompatibiliza-se com a ditadura que julgara provisória, assume oposição declarada a Oliveira Salazar e ao Estado Novo, vindo posteriormente a filiar-se no partido socialista e a integrar o Movimento de Unidade Democrática.

Apesar destas “viragens”, ou justamente por causa delas, a questão do regime não terá sido primordial para Rocha Martins. Acima dele colocava o princípio fundamental da liberdade, na asserção de critério da dignidade humana. Particularmente ingente, parecia-lhe a liberdade de pensamento e expressão traduzida no combate declarado à censura<sup>12</sup>. A demanda desse princípio parece ser a pedra basilar das suas opções e emoções, a utopia da sua extensa obra e, no caso vertente, dos seus textos de teor histórico publicados no *Arquivo Nacional*. Inevitavelmente, as opiniões de Rocha Martins, sempre defendidas de forma directa e incisiva,

<sup>9</sup> “Confissões de Rocha Martins”. *Ver e Crer*, Lisboa, n.º 49, Maio de 1949, p. 9.

<sup>10</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 1, 15.1.1932, p. 2.

<sup>11</sup> Ver nota 7.

<sup>12</sup> O seu combate contra a censura vinha de longa data, tendo a sua campanha nesta área sido particularmente visível durante a República. Em 1931, quando recusou o convite de Joaquim Leitão para leccionar a cadeira de História da Imprensa no Instituto de Altos Estudos anexo à Academia das Ciências, Rocha Martins alegou falta de disponibilidade em virtude dos seus afazeres mas também falta de liberdade de expressão, explicitando o seguinte na resposta ao vice-secretário da Academia: “A História da Imprensa em Portugal é a História da Liberdade em Portugal e, aí, sob essas abóbadas que viram passar as grandes figuras do liberalismo, nas casas da Academia, onde Lafões escondeu jacobinos e conspiradores liberais, não destoaria nem profanaria os lugares nem as tradições do douto areópago mais uma evocação desse passado tão lindo de batalhas e esperanças.” (*Arquivo Nacional*, n.º 22, 10.6.1932, p. 2).



valeram-lhe polémicas sucessivas com numerosas personalidades do seu tempo, bem como com diversos órgãos da imprensa.

Nesta conformidade, a dialéctica absolutismo/liberalismo foi um tema grado da sua vida, dedicando-lhe numerosas páginas quer na imprensa periódica quer fora dela. Esta temática e as suas personagens marcariam, necessariamente, uma presença significativa nas edições do *Arquivo Nacional*. Assim, pretende-se conduzir esta análise, cruzando as seguintes vertentes:

- Acompanhar o desempenho de Rocha Martins enquanto responsável do *Arquivo Nacional*;
- Reflectir sobre as eventuais influências que estes textos exerceram sobre os leitores da revista;
- Quantificar e sistematizar os artigos que tratam as temáticas absolutismo e liberalismo;
- Ressaltar as linhas de força dos textos mais importantes;
- Perceber a estratégia subjacente aos artigos em articulação com as polémicas de actualidade que, frequentemente, encerravam;
- Analisar e quantificar a iconografia representativa das duas ideologias em confronto;
- Evidenciar os argumentos apresentados em defesa da doutrina liberal-constitucionalista;
- Destacar a reabilitação de personagens e instituições conotadas com o regime liberal, denegridas pela historiografia integralista adoptada na década de trinta.

## 2. O Director, a Revista e o Público

Explicando as “origens, meios e fins” da publicação que começava a sair em Janeiro de 1932, Rocha Martins afirmava que ela tinha um lema – “bem servir a Pátria”. Para tal, era “necessário conhecê-la nas suas tradições, nos seus lances, nas suas grandezas e nas suas desgraças”, e esse conhecimento histórico nem erudito como o das academias nem romanceado como o dos folhetins, deveria ser socialmente transversal, propagandeado de forma a instruir o povo: a revista dirigia-se assim a um público alargado, escolares, estudiosos, amigos da leitura e crianças. Esta educação pela história tinha um carácter cívico e pedagógico, serviria para

ensinar “como nasceu e quanto custou a liberdade”<sup>13</sup>. O passado era entendido como um instrumento de aperfeiçoamento do futuro pelo que a transmissão da memória impunha-se a Rocha Martins como uma “missão” que define nestes moldes: “ensinar a este povo as virtudes e os erros de seus avós, afim de serem imitados ou corrigidos nas gerações vindouras”<sup>14</sup>.

A publicação, que desde o primeiro momento se revelava popular, manteve o mesmo preço – acessível – ao longo de toda a sua existência: 1\$00 por cada número avulso<sup>15</sup>. Embora as suas tiragens sejam desconhecidas, elas terão aumentado gradualmente, recorrendo-se até a reimpressões, a atestar uma procura crescente a nível nacional. Fazendo o balanço do primeiro ano, Rocha Martins explicava que fora “preciso reimprimir os números esgotados, quase todos, e a tiragem, subindo e tornando-se sólida, demonstrava o carinho pela publicação”. Todo o país – Lisboa, Porto e Província, “mesmo em lugares de pequena ordem” – solicitava a revista que desejava servir um único amo: “o querido público”<sup>16</sup>. A par deste sucesso de vendas, crescia a adversidade de certos sectores em relação ao *Arquivo Nacional* que “recebeu os ataques violentos dos reaccionários e os aplausos condicionados de alguns republicanos”. Os seus inimigos estavam identificados: todos quantos aceitassem “o princípio do arbítrio exercido sobre o pensamento”<sup>17</sup>.

O editorial de abertura do 3º ano, em forma de “Carta aos Leitores do *Arquivo Nacional*”, trazia um sabor agridoce que reflectia a aliança com o público e o desafecto com o poder. O director afirmava que começara a escrever para uns milhares de leitores e eles mantiveram-se; todavia, essa era a obra de um isolado, e concluía: “Não tenho de quem receber ordens. Desamarro e parto levando à proa o amor pela Justiça ao lado do culto pela Liberdade”<sup>18</sup>.

No quarto ano de publicação a revista apresentava algumas alterações e melhoramentos gráficos, reduzindo para metade o formato original de 16 páginas<sup>19</sup>. O director reiterava a boa recepção do público que obrigava a reedições por motivo de esgotamento de alguns números e anunciava, sem quantificar, a opção por uma tiragem maior. Repetindo expressões de editoriais

<sup>13</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 1, 15.1.1932, p. 2.

<sup>14</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 6, 19.2.1932, p. 15.

<sup>15</sup> As subscrições trimestrais (13 números) custavam 12\$00, as semestrais (26 fascículos) 24\$00 e as anuais (52 números) 48\$00.

<sup>16</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 53, 13.1.1933, p. 2.

<sup>17</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 53, 13.1.1933, p. 3.

<sup>18</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 104, 5.1.1934, p. 2.

<sup>19</sup> Após várias mudanças, a redacção localizava-se agora na Rua do Mundo e a composição e impressão fazia-se na Rua do Diário de Notícias.



anteriores, denunciava um isolamento cada vez mais nítido, assumia a responsabilidade das suas acções, reafirmava a sua independência: “Hoje, morto o rei que servi, sou mais do que nunca um franco-atirador”<sup>20</sup>. Estava cada vez mais só no seio dos monárquicos que apoiavam D. Duarte Nuno<sup>21</sup> e não escondia a decepção relativamente à “ditadura, nascida de um movimento idealista que não correspondeu às minhas aspirações liberais”<sup>22</sup>.

No início de 1936 as palavras de Rocha Martins, além de indiciarem alguma asfixia económica, denotam sobretudo solidão e desespero: “Continuaremos até que a última trincheira nos seja tomada; porém, não a podemos ocupar sozinhos”<sup>23</sup>. No ano seguinte, a situação parecia ter-se agravado: o director admitia que não havia ficado mais rico, politicamente não tinha correligionários, literariamente poucos o acompanhavam<sup>24</sup>.

As pressões no sentido do seu afastamento eram enormes. Como é que ao longo de meia dúzia de anos esta revista desprestigiada de história incomodou o Governo, denunciou a prepotência da ditadura, lutou pelas liberdades do cidadão? Analisando apenas as temáticas relacionadas com as ideologias absolutista e liberal, é possível avançar algumas respostas.

### 3. Absolutismo *versus* Liberalismo: contra o privilégio, pela liberdade

As temáticas e personagens relacionadas com o Absolutismo (não desde os seus primórdios mas incidindo nos finais de Setecentos até à guerra civil dos anos 1830) e o Liberalismo (desde os antecedentes do vintismo às vésperas da Regeneração), marcam uma presença significativa entre o vasto leque de matérias tratadas no *Arquivo Nacional*, entrando em força logo nos primeiros números. Estes artigos depressa revelam uma crítica ao absolutismo que se consubstancia, fundamentalmente, na perseguição às liberdades particulares e colectivas, e na prevalência do privilégio aristocrático que tolhe a realização do indivíduo cujo mérito é abafado pela falta de berço. Por sua vez, o liberalismo é representado pela excelência do sistema parlamentar constitucional garante das liberdades, bem como pela emergência do cidadão, dotado de direitos e deveres que lhe conferem dignidade e possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Se estes são os princípios em debate, não decorre daqui o linear elogio a todas

<sup>20</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 156, 3.1.1935, p. 2.

<sup>21</sup> Esta polémica com os monárquicos defensores de D. Duarte Nuno está bem patente no *Arquivo Nacional* que publica dezenas de textos sobre o assunto, travando uma luta particular com o periódico *A Voz* e seu redactor conselheiro Fernando de Sousa, mais conhecido por Nemo.

<sup>22</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 164, 27.2.1935, p. 137.

<sup>23</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 208, 1.1.1936.

<sup>24</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 261, 6.1.1937.

figuras de um regime e a execração completa das personalidades afectas ao outro. Isto, pese embora os protagonistas surjam, na maioria das vezes, como a encarnação dos emblemas e ideais das respectivas doutrinas.

Necessariamente, os confrontos entre as duas facções e consequente guerra civil colocam-se como assuntos recorrentes, enfatizando-se a violência e o fanatismo numa parte em oposição ao sacrifício e abnegação da outra. Certo é que estas fronteiras não são traçadas pelo olvido e pelo silêncio, antes pela publicitação dos eventos e protagonistas de ambos os lados. Passemos a uma análise mais detalhada.

Sugestivamente, a gravura da capa do primeiro número do *Arquivo Nacional* representava a rainha Maria II, ladeada em baixo, à esquerda, pelo frontispício da Constituição política da Monarquia Portuguesa (1822) e, à direita, pelo da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (1826). No número seguinte, as honras da capa cabem a Carlota Joaquina. Aquela servia para ilustrar o início de uma série de artigos intitulada “História das Ditaduras Portuguesas 1836-1926”, enquanto esta inaugurava outro grupo de três estudos sob o nome “Carlota Joaquina, conspiradora”.

Com efeito, ao longo deste primeiro ano, as temáticas em análise somam cerca de oito dezenas de textos que correspondem a quase 18% do total de artigos, embora alguns deles afluam a dialéctica absolutismo/liberalismo de uma forma indirecta, muitas vezes a propósito de assuntos da actualidade. Neste caso, integra-se a polémica gerada pela morte de D. Manuel (2 de Julho de 1932) e consequente defesa por parte dos monárquicos integralistas de D. Duarte Nuno como herdeiro legítimo ao trono; esta opção pelo descendente miguelista feria os princípios monárquico-constitucionais de Rocha Martins que nas páginas do *Arquivo Nacional* patenteou a sua opinião ao longo de vários textos, mantendo a controvérsia com diversas personalidades e periódicos. Outro exemplo pode ser colhido no editorial “O figurino da sebenta” em que, a propósito do inquérito do *Notícias Ilustrado* feito em Coimbra a estudantes e professores, contesta as considerações do lente Mário de Figueiredo (antigo ministro da justiça da Ditadura) o qual afirmara que a ideologia liberal estava morta e que “ao feitiço da liberdade, sucedeu o feitiço da autoridade”. A resposta de Rocha Martins não podia ser outra: “A ideologia liberal está viva”. Admitia que os seus adeptos podiam estar dispersos mas existiam e tendiam a encontrar-se: “Ainda bem que assim sucede, pois, a tomar-se a sério o figurino talhado na sebenta do senhor lente, as moças almas portuguesas ou cairiam na fossa ultra-reaccionária de D. Miguel ou no vil pântano comunista da Rússia”<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 18, 13.5.1932, p. 2-3.



Os estudos sobre o absolutismo são polarizados em duas figuras centrais: Carlota Joaquina, personagem sempre apresentada sob o prisma da conspiração, da perfídia e da ambição<sup>26</sup>, representada em três gravuras e tratada na já referida série de três artigos além de outros avulsos, e D. Miguel, a figura nuclear do absolutismo retratado em dez gravuras. De facto, a sua pessoa e a sua política (o miguelismo) são objecto de numerosos textos em que avultam a série “Amores de D. Miguel”; “Singularíssimo e inédito retrato moral de D. Miguel I traçado pelo aio, conde de Rio Maior”; “A queda do primeiro parlamento português”; “Mistérios da política política do absolutismo”; “O preço da liberdade em Portugal”, entre outros.

O perfil psicológico de D. Miguel ressalta nos dois primeiros títulos e com particular acidez no segundo que revela uma carta inédita do Conde de Rio Maior dirigida a D. João VI, datada de Estugarda, a 30 de Outubro de 1824. Depois dos golpes falhados contra o liberalismo, o infante e sua comitiva dirigiam-se ao exílio vienense. Rio Maior informava o monarca sobre as atitudes e características – negativas – do príncipe, salientando aspectos como o costume de se relacionar com gente baixa e ordinária, a sua ignorância crassa que o levava a obter o resultado de 13 na adição de 9 mais 2, uma moral que nada tinha de firme, os seus estranhos hábitos sexuais<sup>27</sup>. O rei teria pois de usar de coacção no sentido da reforma, civilização e instrução do infante que primava pela dissimulação e inconstância, enfim, a “sua propensão para o Absolutismo não se disfarça[va]”<sup>28</sup>. A capa deste número apresentava a imagem de uma força que pela legenda era conotada com a violência miguelista: “Pelo singular retrato moral de D. Miguel, traçado pelo seu aio, conde de Rio Maior, e que publicamos neste número, se compreenderá como foi possível, durante o período absolutista encher tantos cárceres e nutrir tantas forças”.

Na realidade, a faceta mais explorada do miguelismo era a crueldade da sua *praxis* política. O artigo “Mistérios da política política do absolutismo” começa por se reportar ao reinado de D. João VI para atingir a política miguelista. Curiosamente, aquele monarca não é objecto frequente dos artigos do *Arquivo Nacional* (neste primeiro ano surgem quatro gravuras suas), sendo indirectamente referido a propósito da sua mulher ou filhos. Talvez a causa desse facto

<sup>26</sup> Cruzando história e lenda, refere-se que costumava cantar a trova: “En perfidias soy manchega/Y en malicia soy gitana/Mis intentos y mis planes/No se me quitan del alma”. O estereótipo de Carlota Joaquina era também veiculado pela sua vaidade e falta de higiene, usando o cabelo entrançado de diamantes e lêndas. A sua ambição política é realçada pela pretensão de anular o marido que achava insignificante, prosseguindo os seus manejos conspirativos no Rio de Janeiro, chegando a “pôr em cheque a própria dignidade real” (*Arquivo Nacional*, números 2, 3 e 5).

<sup>27</sup> Rio Maior escrevia que embora o belo sexo não o aborresse, o príncipe encontrava-se frequentemente “convulso nas mãos, huma das atribuições que adquirem as Pessoas que se dão ao onanismo”, sendo o seu estado geral “pouco nubil”.

<sup>28</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 9, 11.3.1932, p. 8-11.

seja a propalada ambiguidade de D. João VI, tanto mais que neste texto diz-se que “ora foi rei absoluto ora liberal, embora nesta qualidade só os seus ministros actuassem” e apresenta-se o seu regime como um “absolutismo moderado”. O director da sua polícia, Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro pusera em prática uma organização secreta de espionagem de defesa do regímen, “a qual serviu, do mesmo modo, no reinado de D. Miguel, embora o intendente que a pusera em prática se dissesse liberal”. Com este sistema “se encheram os cárceres de inimigos dos governos” o que, lembrava Rocha Martins, provava “que servem às instituições mais diversas as mesmas máquinas policiais e outras, desde que sejam modelares”. Após a transcrição do plano geral de segurança pública de 24 Julho 1824 (que tudo espiava, desde ministros a barbeiros, dos frades às meretrizes), o autor conclui: “Tais eram os ditames da polícia. Por este processo, e com a tolerância de um mau príncipe, se encheram cárceres e nutriram forças”<sup>29</sup>.

Estas últimas palavras serviam, mais uma vez, de legenda à sugestiva gravura que enchia a capa deste número, outro símbolo de horror, desta feita uma masmorra que representava a prisão de S. Julião da Barra e que, em tamanho mais reduzido, acompanhou outros textos que evocavam o terror miguelista<sup>30</sup>.

Tal clima de perseguição podia ainda ser evidenciado com textos sobre os esbirros do regime. Refira-se, logo no segundo número, o caso do padre José Agostinho de Macedo, aqui tratado como “*bufo* da polícia” mas cuja truculência antiliberal será posteriormente tratada em diversos textos. De entre outros, avulta Teles Jordão, “o facinoroso carcereiro dos presos liberais de S. Julião da Barra”, coadjuvado por ladrões e assassinos<sup>31</sup>.

O horror do regime consubstanciava-se na figura do monarca e no seu séquito ora cruel, ora incapaz:

“Um príncipe mal-educado, sem mentalidade, servido por um velho tirano, ignóbil e dum sadismo de inquisidor valetudinário esmagaram o país. D. Miguel, um rei perverso; o conde de Bastos, um magistrado esquecido das leis, um ministro de idade proecta a alimentar forças. O miguelismo! O odioso miguelismo!”<sup>32</sup>

<sup>29</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 7, 26.2.1932, p. 8-10.

<sup>30</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 24, 24.6.1932, p. 10-11, artigo “Quem era Teles Jordão o carcereiro dos liberais” onde a gravura aparecia com a legenda: “O corredor das prisões subterrâneas em S. Julião da Barra”, e *Arquivo Nacional*, n.º 24, 24.6.1932, p.12, artigo “A Torre de S. Julião da Barra vai deixar de ser Prisão”.

<sup>31</sup> “Quem era Teles Jordão o carcereiro dos liberais”. *Arquivo Nacional*, n.º 24, 24.6.1932, p. 10-11.

<sup>32</sup> “O último autógrafa de Teles Jordão”. *Arquivo Nacional*, n.º 31, 12.8.1932, p. 5.



Já o artigo “O preço da liberdade em Portugal” pretendia quantificar o desperdício em vidas e dinheiro causado pelo reinado em que o ódio alastrou; fazendo uma estimativa, “embora sem uma rigorosa precisão”, concluía que desde que D. Pedro entrara no Porto, em Julho de 1832, só nos campos de batalha as baixas dos liberais ascenderam a 17 500 mortos. Por sua vez, os prejuízos materiais eram orçados em mais de 60 mil contos. A memória de um povo não poderia apagar tal sacrifício: “A liberdade que D. Miguel renegara custaria tão cara que as gerações, julgando o seu preço garantia sempiterna, mal a imaginaram possível de se olvidar”<sup>33</sup>.

“A queda do primeiro parlamento português” é um artigo a vários títulos paradigmático já que, sem deixar de condenar o absolutismo, reconhece-lhe o apoio popular e evidencia as fragilidades do primeiro liberalismo português. Ele visa fazer sobressair a conspiração absolutista como a responsável pelo clima de pânico e ódios fratricidas que se prolongou durante anos e pelo ataque que perpetrou à esperança liberal mas, simultaneamente, sublinha o desfasamento existente entre essa ideologia nova e o país real. Isto é, a libertação do país não tinha sido precedida da sua educação, aplicaram-se instituições de letrados às massas pouco preparadas, a complicação da lei gerou a revolução. Desta forma, o que devia “ser tão querido – o constitucionalismo – era, naquela época, apenas amado pelos seus implantadores, pelos literatos e membros das profissões liberais”, além de uns poucos clérigos já que a maioria alinhava pelo miguelismo, apesar dos liberais serem realistas convictos e os próprios maçons frequentarem a missa. Os constitucionais representavam o culto de uma liberdade ainda incompreendida e assumiam atitudes incongruentes como a recusa da libertação do Brasil apesar de clamarem pela emancipação dos povos<sup>34</sup>. Não obstante todas as contrariedades, “a liberdade enferma, não morre”<sup>35</sup>.

E desta liberdade falam diversos textos que evocam o impulso liberal que gira em volta de uma figura obrigatória – D. Pedro IV – com uma profusão iconográfica análoga à de seu irmão<sup>36</sup> mas, todavia, sem constituir o objecto único dos textos que lhe fazem menção. A presença de D. Maria II é discreta (três gravuras) enquanto se vai perfilando uma galeria de anónimos

<sup>33</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 43, 4.11.1932, p.8-9.

<sup>34</sup> Este assunto é retomado no artigo “Independência do Brasil (7 de Setembro de 1822 - 7 de Setembro de 1932)”, *Arquivo Nacional*, n.º 35, p. 8-9.

<sup>35</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 10, p. 8-11.

<sup>36</sup> Além dos seis retratos de D. Pedro e dois leques com o rosto do monarca pintado ao centro, há a considerar símbolos da sua actividade política como uma gravura do desembarque das tropas no Mindelo, a espada que usara no cerco do Porto, o jazigo do seu coração na Lapa, e ainda uma alegoria representando-o a restituir a Carta Constitucional aos portugueses.

e protagonistas do liberalismo, uns elogiados outros criticados, bem como uma pléiade de acontecimentos que são apresentados como marcos da História de Portugal.

No artigo relativo à ditadura setembrista, a revolução que lhe deu origem é vista como uma das “simpáticas”, em oposição às “hediondas”, um movimento romântico em que os irmãos Passos, “letrados e adoradores do povo, tendo por bandeira o ódio às tiranias”, contrastavam com os exaltados entre os quais avultava Costa Cabral que levava “a sua ânsia de liberdade a ponto de desejar uma maré de sangue, na qual rolassem, como destroços da barcaça do despotismo, os cavacos do trono e até a cabeça da rainha, após uma hecatombe de aristocratas”. Mas os ministros que obrigaram a soberana a repor a Constituição de 1822 – o conde de Lumiares, Passos e Vieira de Castro – eram “três ditadores eis o que eles eram”<sup>37</sup>.

Na série “Legendas da Cidade Invicta”, que se prolongará nos anos seguintes, avultam duas temáticas fundamentais (que quantitativamente se sobrepõem a outros temas e épocas da história portuense) e que também são recorrentemente tratadas fora desta rubrica: a revolução de 1820 e a heróica acção das tropas liberais desde o desembarque ao cerco do Porto. No primeiro ano são publicados mais de uma dúzia destes artigos, dos quais, a título de exemplo, se menciona o inaugural: “O Primeiro Jornal Liberal”. Aqui são referidos aspectos como a oposição falhada do patriota imolado Gomes Freire à regência de Beresford, a acção perseverante de Manuel Fernandes Tomás, “um homem cuja vida era um exemplo”, as proclamações rebeldes de 23 para 24 de Agosto de 1820, consideradas “o primeiro documento impresso da conjura libertadora; o segundo é o *Diário Nacional* cujo fac-simile atesta ter sido o primeiro jornal do liberalismo português e bem digno da Cidade Invicta”<sup>38</sup>.

Facto que a Rocha Martins parece inquestionável é a acção heróica das hostes liberais no conflito de 1832-1834. Daí a sua carta veemente e indignada ao Arcebispo de Évora em virtude de ter sido publicado no órgão da sua diocese – *Defesa* – dirigido pelo Monsenhor Silveira Barradas, um artigo intitulado “Os ‘Bravos’ do Mindelo” no qual eles são identificados como uma quadrilha constituída por marginais europeus<sup>39</sup>, obrigando o director a veicular dados em contrário.

<sup>37</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 1, 15.1.1932, p. 4-5.

<sup>38</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 2, 22.1.1932, p. 5.

<sup>39</sup> Segundo o periódico *Defesa*, essa “malta” era constituída por 2 500 vadios de Paris, 2 133 piratas de Londres, 900 belgas das tabernas de Bruxelas, 400 rufias da Irlanda, 500 vagabundos da Polónia e 370 escoceses de aventura (*Arquivo Nacional*, n.º 13, p. 3-4).



A vertente constitucionalista constitui uma das traves mestras da apologia liberal de Rocha Martins. Neste ano de 1932, a publicação do Estatuto Novo prévio à Constituição sugere-lhe o artigo “As constituições nacionais (1822-1932)”. Todavia, a Constituição que se avizinhava renunciava a traição aos princípios liberais das anteriores; daí o seu editorial “Erga-se a Voz da Nação!” onde desassombradamente perguntava: “Estamos em presença duma abdicação das ideias liberais, de renúncia ao que se conquistou com tantos desterros, agruras, sangue, misérias e sofrimentos sem nome?”<sup>40</sup>

Apesar da sua desilusão pessoal com o Grande Oriente Lusitano do qual se desfilou cerca de um ano após ter ingressado<sup>41</sup>, Rocha Martins redigiu para o *Arquivo Nacional* diversos artigos sobre a Maçonaria e seus aderentes com o intuito de desmontar a conotação que naqueles tempos assumira de associação ímpia e perniciosa à Pátria. Assim, no primeiro ano, veja-se o artigo “O Maçon que foi arcebispo” referente ao doutor Aires de Gouveia, ou até “A Carbonária e os seus juramentos” no qual conclui: “Como se vê, a Carbonária teve suas origens em Portugal em virtude dos partidos que, naquelas épocas românticas, imitavam os carbonários italianos que tanto contribuíram para a liberdade e unificação seu país”<sup>42</sup>. A confusão nesta área podia ser ainda aumentada com títulos como “Um Papa e um bispo maçons”<sup>43</sup> referindo-se o texto respectivamente a Pio IX e D. Frei Joaquim Meneses de Ataíde, bispo de Elvas. O objectivo parecia claro: a maçonaria, execrada pela historiografia da época, era apresentada como o produto de um momento histórico, as suas intenções e os seus adeptos não podiam ser redutoramente identificados com anti-religião (muitos dos seus elementos haviam sido eclesiásticos) ou com ideologias revolucionárias.

Um herói do liberalismo que ao longo deste ano de 1932 e do seguinte mereceu destaque foi o duque da Terceira, comandante das tropas constitucionais que em 1833 entraram em Lisboa, acto que se revelaria decisivo para a vitória liberal. Este destaque prende-se com a proibição da comemoração desse centenário decretada pelo governo de Oliveira Salazar, e da qual se tratará no ponto seguinte deste estudo.

<sup>40</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 21, 3.6.1932, p. 2.

<sup>41</sup> Esta passagem pela maçonaria não está dissociada da sua colaboração no jornal *Vanguarda* e ocorreu entre 1906 e 1907 (Vicente, Paula Susana Nunes – *Fala o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 32).

<sup>42</sup> Respectivamente, *Arquivo Nacional* n.º 15 e n.º 24.

<sup>43</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 178, p. 355.

O ano de 1933 reflecte-se de uma forma particularmente emotiva no *Arquivo Nacional*. O seu primeiro fascículo trazia na capa uma gravura com a “Alegoria aos soldados da Liberdade”, representando uma árvore na qual sobressaía um medalhão com os retratos de D. Pedro IV e Maria II entre vários símbolos, vários deles maçónicos<sup>44</sup>. A mesma capa informava ainda que aí começava “O primeiro folhetim de Rocha Martins no qual se descrevem as batalhas dos liberais contra os absolutistas até ao bendito dia 24 de Julho cujo centenário se celebra este ano”. Chamava-se “Soldados da Liberdade” e constou de vinte e oito textos. A rubrica “Legendas da Cidade Invicta” prosseguia, sendo os temas em análise objecto de uma dúzia de textos. Analogamente ao ano anterior, os artigos relacionados com a problemática absolutismo/liberalismo representam mais de 18% do total.

A facção absolutista era abordada em artigos diversos, de que são exemplos “A Revolta da Abrilada” (quatro prestações da série “Soldados da Liberdade”); três textos sobre o padre José Agostinho de Macedo, o virulento eclesiástico que se propusera para deputado das cortes de 1820 e acabara pedindo o extermínio dos vintistas<sup>45</sup>; “O ‘inocente’ padre Buela e a sua sombra”, o sacerdote de excitado absolutismo que se destacou como feroz atacante dos liberais durante o miguelismo; dois artigos sobre Frei Fortunato de São Boaventura, panfletário rancoroso que pedia que os rios de Portugal se tingissem do sangue dos constitucionais e que, embora fosse hóspede do Diabo, estava então “sendo muito celebrado cá na terra”<sup>46</sup>.

Por sua vez, o partido liberal é abordado num maior número de textos, haja só em vista as rubricas “Soldados da Liberdade” e “Legendas da Cidade Invicta”. Nesta última integra-se o artigo “O Monumento de D. Pedro IV no Porto” que, além de explicar a obra concebida por Anatole Calmels, evoca a ingratidão de Lisboa em relação ao primogénito de João VI, particularmente visível na manifestação do teatro S. Carlos. A par do elogio – “príncipe liberal e soldado valoroso” – o seu carácter impulsivo não é escamoteado: “Hei-de libertá-los a chicote!

<sup>44</sup> Além desta alegoria, em 1933 foram ainda publicadas mais duas nas capas do *Arquivo Nacional*, alusivas à Constituição Vintista (n.º 60, 3.3.1933 e n.º 61, 10.3.1933). Podem salientar-se ainda gravuras como o túmulo dos liberais no Cemitério do Repouso e o monumento de Arnosa de Pampelido. Quanto a gravuras representando membros da família real envolvidos nas tensões absolutismo/liberalismo, verifica-se uma ligeira diminuição relativamente ao ano anterior (D. João VI: 5; D. Carlota Joaquina: 2; D. Miguel: 4; D. Pedro IV: 3 e uma do jazigo do seu coração; D. Maria II: 1).

<sup>45</sup> Números 63, 64 e 82.

<sup>46</sup> Números 62 e 93.



– exclamara o imperador, ante a cobardia nacional e a submissão estúpida dos iletrados, que o absolutismo explorava”<sup>47</sup>.

Em ano de nova Constituição, o primeiro texto constitucional português era evocado com frequência, ora indirecta ora directamente, como no artigo “A Primeira Constituição Portuguesa” ou no editorial “Qual o espírito da constituição de 1822?”<sup>48</sup> Aliás, a própria revolução vintista fazia capa, recorrendo à gravura do “grande caudilho Manuel Fernandes Tomás”, acompanhada pela legenda: “No 113º aniversário da Primeira Revolução Constitucional Portuguesa”<sup>49</sup>.

Como semanário de crónicas contemporâneas, o *Arquivo Nacional* enfatiza ao longo deste ano a sua antipatia ideológica pelo nazismo. O artigo “Como se quis arrancar da história a Revolução Francesa” critica o ministro Goebbels por pretender apagar aquele facto: “É que na História não se rasgam páginas, antes se acrescentam outras que parecem reproduzidas através dos tempos. (...) Não é possível recuar nas conquistas nem dominar, em 1933, aqueles cujos avós se libertaram mercê dos dogmas indiscutíveis de 1789”<sup>50</sup>. E o texto “A Máscara da cultura alemã: como a saudação de Hitler lembra uma ameaça” reitera a condenação de um regime que sacrifica a liberdade: “A Alemanha, com a sua louca fúria contra a liberdade, que tinha constituído uma das suas grandes conquistas, acaba de demonstrar como sob aquele verniz de cultura que se lhe atribuíra morava, sempre, a alma bárbara”<sup>51</sup>.

A nível interno as polémicas cresciam e também se punham em termos de respeito do princípio da liberdade e direito à memória, sem artifícios de esquecimento, postergação de eventos históricos e detracção dos seus protagonistas. Era o caso da malquistada comemoração da entrada das tropas liberais em Lisboa e, sobretudo, da leitura negativa, integralista da acção de Gomes Freire. Rocha Martins não se poupará a esforços para reivindicar o direito à memória, no primeiro caso, e a reabilitação de um mártir da pátria, no segundo, como se verá no ponto seguinte.

<sup>47</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 78, 7.7.1933, p. 406-407. A capa deste fascículo é ilustrada pela estátua equestre de D. Pedro, acompanhada da seguinte legenda: “Como o Porto pagou primeiro do que Lisboa a sua dívida à memória de D. Pedro IV. O monumento ao Libertador, cuja 1.ª pedra foi colocada em 9.7.1862”. Esta figura central do liberalismo é também saudada pela sua acção no Brasil – “D. Pedro IV salvando a unidade política brasileira” (*Arquivo Nacional*, n.º 92, 13.10.1933, p. 634-635).

<sup>48</sup> Números 60 e 61.

<sup>49</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 85, 25.8.1933.

<sup>50</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 69, p. 269.

<sup>51</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 75, p. 368.

Para contrariar esta tendência antiliberal, aliás generalizada a nível europeu, ganharam notoriedade alguns textos de Rocha Martins publicados no *Arquivo Nacional*. Na “Carta aos Detractores da Liberdade”<sup>52</sup> criticava os portugueses que agora se davam ao “luxo de detestar o liberalismo” e desacreditar a revolução francesa e o povo, mas lembrava que o surgimento de dois grandes políticos no pós-guerra e dos quais não era partidário – Lenine e Mussolini – só fora possível porque a liberdade existiu. O segundo e a sua doutrina exerciam agora grande fascínio sobre os espíritos portugueses mas a ideologia do Duce não pretendia apagar a História pelo que reproduzia as suas palavras: “As negativas fascistas do socialismo, da democracia, do liberalismo não devem, no entanto, fazer acreditar que o fascismo pretende reconduzir o mundo ao que ele era antes de 1789, data considerada como a da inauguração do século democrata-liberal. Não se volta para trás. A doutrina fascista não escolheu Maistre por profeta”. Partindo das palavras do novo ídolo dos portugueses, Rocha Martins explicava que estes interpretavam mal as suas teorias: “O grande homem pensa assim; vossas excelências discernem o contrário. Amam a realeza absoluta, os energúmenos fradescos, os polícias do senhor D. Miguel e até já alvitram o propósito de demolir algumas estátuas de liberais”<sup>53</sup>.

Também o texto “Liberalismo e Democracia. Pálidos comentários de um franco-atirador” insistia na ideia de que o país condenava o liberalismo e repelia o parlamentarismo; Rocha Martins acreditava que “o liberalismo, em sua essência, constituía o caminho da pura democracia” e, embora o parlamentarismo tenha suscitado já exemplos pouco edificantes, ele era o melhor sistema criado até ao momento: “Eu não acredito no génio de estadistas únicos, nos construtores de ideologias, nos arquitectos de mundos novos. Prefiro-lhes mais modestos cidadãos, na sua plena segurança e no seu civismo, trabalhando as fórmulas para se regerem. Isto é, o Parlamento onde eles, os que se nomeiam para as funções, devem ir dar contas”<sup>54</sup>.

Embora em 1934 a percentagem das temáticas em análise desça sensivelmente em relação aos anos anteriores, a sua presença é ainda muito notória<sup>55</sup>. Os artigos que versam os assuntos relacionados com o absolutismo diminuem. Destaca-se a edição do 106.º aniversário da aclamação de D. Miguel cuja capa, além de patentear uma gravura do monarca, contém um excerto de Garrett extraído da obra *Portugal na Balança do Mundo*: “Não conquistou como usurpador ordinário, roubou o depósito que lhe deram a guardar, nenhuma revolução o

<sup>52</sup> Já usara esta expressão nos tempos da sua luta contra o partido democrático de Afonso Costa (Vicente, Paula Susana Nunes – *Fala o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 67).

<sup>53</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 77, 30.6.1933, p. 388-389.

<sup>54</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 83, 11.8.1933, p. 488-489.

<sup>55</sup> A iconografia relativa aos membros da família real parece também decrescer. D. Pedro surge destacado com cinco retratos (além do jazigo do seu coração), enquanto D. Miguel só aparece com dois, e os restantes com 1.



elevou ao trono, foi ele que se sentou sobre o trono a cujos degraus estava de guarda como primeira sentinela e defensor”<sup>56</sup>. D. Miguel não é mais contemplado à excepção do estudo de uma carta inédita (de 1826) sobre as negociações para o seu casamento com D. Maria da Glória<sup>57</sup>, enquanto Carlota Joaquina aparece como figura central de três estudos: um sobre os precedentes do seu casamento e dois sobre a sua viagem para Portugal<sup>58</sup>. Já o Padre José Agostinho de Macedo surge como protagonista de quatro estudos: um a propósito da *Besta Esfolada*; outro acerca dos rumores que a Academia das Ciências e a Sociedade de Geografia pretendiam apresentar conferências no dia do centenário de Évora Monte sobre este “escritor e espião”, conhecido pela sua imoralidade, torpezas e ódio aos liberais; outro ainda sobre a sátira que dele fez o actor Inácio Caetano dos Reis; e, finalmente, a propósito da crítica veemente que A. P. Lopes de Mendonça fizera à sua obra<sup>59</sup>.

A história do liberalismo e suas figuras derrama-se por um razoável número de artigos, desde logo a rubrica “Legendas da Cidade Invicta” com quase uma vintena de textos. As efemérides liberais assumem algum destaque. Vejam-se “O Centenário da Convenção de Evoramonte” cuja capa se ilustra com o desenho, em grande plano, do tinteiro que serviu no acto da assinatura da Convenção<sup>60</sup>; a edição comemorativa do desembarque das tropas liberais que apresenta na capa sete retratos de destacados liberais (sendo um deles de D. Pedro IV), rodeando a gravura do monumento de Pampelido, ladeados pelas seguintes parangonas: “Há 102 anos em 8 de Julho de 1832 desembarcou a expedição liberal no Mindelo. Os Constitucionais ante os absolutistas. 7500 soldados da Liberdade ante o grande exército do usurpador”<sup>61</sup>; a efeméride do 24 de Julho evocada pela fotografia de um documento identificado pela legenda: “No 101.º aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa. Reproduz-se o auto de aclamação de D. Maria II, existente na câmara Municipal, escrito e assinado naquele dia glorioso”<sup>62</sup>; ou ainda a evocação da 1.ª revolução liberal cuja capa é ilustrada com o retrato de dois vintistas e apresenta uma legenda em forma de (preocupante) interrogação: “A Revolução de 1820. 24 de Agosto de 1820-1934. Essência, Espírito e Acção Revolucionária. Ao cabo de 114 anos de vitória dos vintistas, ainda não se compreenderam as fundamentais razões do seu movimento?”<sup>63</sup>

<sup>56</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 129, 29.6.1934, p. 1217.

<sup>57</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 105.

<sup>58</sup> Respectivamente, números 131, 135 e 136.

<sup>59</sup> Respectivamente, números 120, 124, 134 e 139. No ano seguinte a personagem será objecto de outro estudo: “O Testamento do célebre padre José Agostinho de Macedo”.

<sup>60</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 124, 25.5.1934.

<sup>61</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 130, 6.7.1934.

<sup>62</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 132, 20.7.1934.

<sup>63</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 137, 24.8.1934.

D. Pedro é a figura comum e nuclear de todas estas grandes efemérides (à excepção da última referida) e de várias outras que o *Arquivo Nacional* não deixa passar em branco. Ele figura novamente na capa da edição de 7 de Setembro de 1834, ao lado de José da Silva Carvalho, cuja legenda pretende ser um esclarecimento: “O decreto da abolição das Ordens Religiosas não é de Joaquim António de Aguiar mas de D. Pedro IV. Foi mal posto ao ministro o cognome de ‘Matafrades’”<sup>64</sup>.

Por razões óbvias, ele é também a capa de outra efeméride, o centenário da sua morte, em que é reproduzida a litografia de Maurin que representa “a agonia do imperador e o seu abraço ao soldado Manuel Pereira de Caçadores 5”<sup>65</sup>. Neste número, outros artigos se debruçariam ainda sobre D. Pedro, nomeadamente relativos ao seu testamento, ao legado do seu coração ao Porto, e à inauguração da sua estátua na mesma cidade.

A questão do Duque da Terceira era ainda tema de quatro textos. Mas outra se agigantava – Gomes Freire de Andrade – cujo processo de reabilitação se torna numa cruzada de Rocha Martins.

Ao longo de 1935, as temáticas em análise ficam aquém de 15% da totalidade dos assuntos tratados. O ano vive ainda sob o signo de Gomes Freire que constitui tema de catorze artigos.

De entre as questões ligadas ao absolutismo avulta a Abrilada – capa do n.º 173 que evoca o 111.º aniversário do acontecimento com a fotografia do seu processo (existente na Biblioteca Nacional) à qual se sobrepõem as gravuras de Carlota Joaquina, João VI e D. Miguel – e cujo texto correspondente evidencia os pérfidos conselhos de D. Carlota Joaquina a D. Miguel para destronar o pai que colocara sob cativeiro. Este golpe é ainda tratado em outros artigos que sublinham a dissolução das cortes nesse ano de 1823 ou a supressão das sociedades secretas<sup>66</sup>. No artigo “Juramento de D. Miguel à Carta Constitucional”, Rocha Martins revela os seus esforços em vão para encontrar esse documento de 26 de Fevereiro de 1828 na Torre do Tombo (mesmo com a ajuda do director Dr. António Baião) e transcreve testemunhos de quem presenciou o acto em Viena, concluindo: “O infante D. Miguel, depois de todas as provas do

<sup>64</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 139, 7.9.1934. Este assunto tinha já sido tema do artigo “Quem mereceu o cognome de ‘Matafrades’ Joaquim António de Aguiar ou D. Pedro IV?”, defendendo o redactor que o artigo havia sido redigido pelo segundo, o ministro apenas se limitara a assinar o decreto pelo que “melhor seria ter-se procedido com mais lisura” (*Arquivo Nacional*, n.º 111, 23.2.1934, p. 936-937).

<sup>65</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 141, 21.9.1934.

<sup>66</sup> “A Lei de 1823 contra as sociedades secretas”. *Arquivo Nacional*, n.º 167, 20.3.1935, p. 178-179, 191.



reconhecimento de D. Pedro, usurpou o trono. Traiu; foi rei, pois, ao que parece, só em Lisboa é que se julgara com mais direitos que o irmão”<sup>67</sup>.

O último monarca absoluto não constitui tema central de nenhum outro artigo, embora lhe sejam feitas referências noutros textos. É o caso de “A abertura das antigas Câmaras” que traça uma panorâmica de 1820 a 1908 e refere a interrupção das mesmas aquando “da usurpação feita por D. Miguel – o perjuro” cuja “subida ao trono foi autêntica traição”; na reabertura de 1834 estavam presentes diversos “sicários” miguelistas, e o redactor seleccionou algumas palavras da “fala do trono” de D. Pedro relativas a D. Miguel: “Era um Príncipe da Minha Família (não posso recordar esta circunstância sem a mais sensível mágoa, mas é forçoso dizê-lo); era um Príncipe da Minha Família; era um irmão ingrato e degenerado quem animava e promovia os esforços dos rebeldes, com o fim de assentarem num trono elevado sobre a traição, deslealdade e aleivosia”<sup>68</sup>.

Se a caracterização da acção política de D. Miguel suscita este discurso profundamente pejorativo, após o seu afastamento, em 1834, o tom muda, referindo-se um artigo a “D. Miguel I, cuja honradez, após a sua derrota, nunca é demais encarecer”<sup>69</sup>.

Uma estratégia utilizada para denegrir o absolutismo consiste em fazer a aproximação dos “piores” vultos ou crises do liberalismo àquela ideologia. Tal acontece com Costa Cabral que, num percurso sinuoso, acabara por se aliar aos miguelistas – “sempre eles”: “os inimigos da liberdade, os que tinham feito frutificar as forças, tornavam-se, na sua vil política, os paladinos da liberdade”; o cabralismo era assim exposto como o “regresso dos caceteiros à política portuguesa”<sup>70</sup>. Aliás, o tema das sociedades secretas servia o mesmo fim; se umas defendiam o ideal liberal, outras, como a Sociedade Secreta S. Miguel da Ala (1855) tinha propósitos reaccionários e absolutistas<sup>71</sup>.

As problemáticas ligadas à história do liberalismo versavam as matérias habituais mas traziam alguma novidade. No primeiro semestre a rubrica “Legendas da Cidade Invicta” parecia um pouco adormecida, ressaltando apenas o artigo “Velhos Jornais Portuenses” que fazia referência à *Gazeta Literária do Porto* (1761-1762) encerrada por Pombal – “O primeiro-

<sup>67</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 164, 27.2.1935, p. 138-140.

<sup>68</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 158, 16.1.1935, p. 40-42.

<sup>69</sup> “A Morte de D. Teresa viúva do príncipe D. Miguel de Bragança”. *Arquivo Nacional*, n.º 159, 23.1.1935, p. 61.

<sup>70</sup> “A ‘Maria da Fonte’ e o seu símbolo”. *Arquivo Nacional*, n.º 166, 13.3.1935, p. 168-169.

<sup>71</sup> “As Sociedades Secretas”. *Arquivo Nacional*, n.º 160, 30.1.1935, p. 66-67.

-ministro gostava de governar no silêncio e no mistério. Quando a Imprensa se cala, vivem os déspotas à vontade” –, evidenciava os periódicos nascidos com o vintismo – “A liberdade abria as almas e a Imprensa iluminara-as” –, e elogiava os que lhes seguiram (*O Nacional*; *O Eco Popular*; *O Jornal do Povo*; *Periódico dos Pobres no Porto*, *Braz Tisana*)<sup>72</sup>. Todavia, no 2.º semestre, esta secção inaugura uma nova série – “Os Vintistas” – com vinte e quatro artigos, iniciada no n.º 184 (17.7.1835) cuja ilustração da capa consistia numa alegoria à revolução de 1820.

Em tempos de forte propaganda antiliberal, sem conseguir disfarçar o seu azedume e sarcasmo, parecia importante a Rocha Martins realçar o trabalho das primeiras cortes “dos ateus, presididos por um bispo, servindo a religião, dos jacobinos, curvando-se ante o rei fugitivo da pátria em amargas horas”<sup>73</sup>. Evocava ainda “A miséria do patriarca da Constituição Vintista”, Manuel Fernandes Tomás – que numa conferência da Liga Naval tinha sido apresentado como desonesto e corrupto (acusado de ter recebido 5 mil contos para participar no movimento da loja de Cádiz “Regeneradores do Género Humano” com o fim de proclamar nove repúblicas independentes na Península, em 1812) – e que havia morrido destituído de quaisquer recursos, em Novembro de 1822, três dias antes da subscrição para o acudir na doença ser publicada na *Gazeta Universal*<sup>74</sup>.

No ano de 1936 as temáticas em análise atingem a sua maior expressão, quase 22% do total, pese embora a sua apresentação gráfica cause menor impacto, o discurso seja menos polémico e a organização de várias matérias se submeta à arrumação em séries. Neste último caso, no âmbito da rubrica “Legendas da Cidade Invicta”, salienta-se o conjunto de dezanove textos sobre “D. Miguel e a sua época” que, sem deixar de ser polémico, revela uma linguagem genericamente mais comedida<sup>75</sup>. E o assunto do absolutismo em Portugal praticamente esgota-se aqui, sendo os restantes estudos quase despidiendos<sup>76</sup>.

<sup>72</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 157, 9.1.1935, p. 28-29.

<sup>73</sup> “A abertura das antigas Câmaras”. *Arquivo Nacional*, n.º 158, 16.1.1935, p. 40-42.

<sup>74</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 169, 3.4.1935, p. 218-219. Sobre a Carta Constitucional destacam-se dois artigos, no número 186 cuja capa é alusiva ao tema.

<sup>75</sup> Esta série inicia-se no n.º 223 (15.4.1936) cuja capa contém uma gravura de D. Miguel e termina no n.º 242 (19.8.1936).

<sup>76</sup> Podem apenas referir-se os artigos “A Senhora Aparecida e D. Carlota Joaquina” que trata do culto da rainha pela Virgem de Carnaxide (n.º 229) e “Torturas infligidas aos presos políticos nos cárceres de S. Julião da Barra, no consulado miguelista” (n.º 237) que aborda um tema recorrente desde o primeiro ano da revista.



Já o tema liberal se espalha por diversos textos, uns retratando constitucionais mais ou menos destacados como o conde de Farrobo<sup>77</sup>, Mousinho da Silveira<sup>78</sup>, José Ferreira Pestana<sup>79</sup>, ou o marquês de Loulé, cujo assassinato misterioso é retomado, desta feita numa série de nove artigos<sup>80</sup>. Questões emblemáticas do *Arquivo Nacional* em anos anteriores como as relativas a Gomes Freire e à entrada das tropas liberais em Lisboa ainda merecem um artigo cada<sup>81</sup>, embora a revolução de 1820 patenteie uma certa centralidade com a publicação de documentos coevos<sup>82</sup> mas, sobretudo, com a conclusão dos estudos sobre os seus protagonistas agora apresentados em dez artigos sob o título “A derrocada do Vintismo” cujas palavras finais são eloquentes: “O vintismo, em grande parte por culpa dos seus homens, abriu uma sepultura à liberdade, à qual tinham querido erguer um monumento”<sup>83</sup>.

Em 1937, as problemáticas relacionadas com o absolutismo e liberalismo denotam uma queda acentuada, ficando aquém dos 6%. Sobre o primeiro são publicados quatro textos, um relativo a D. João VI, dois a Carlota Joaquina, e um à situação posterior à morte do primeiro, focalizando-se nas atitudes da viúva e do filho Miguel<sup>84</sup>. Quanto ao liberalismo, registam-se meia dúzia de artigos sobre assuntos dispersos: “Os acontecimentos de 20 e 21”, “Uma Legião Constitucional de 1833”, “Mousinho da Silveira e seus detractores”, “O Cardial Jacobino” (Frei Francisco de S. Luís), e “A carta de um condenado à morte” (o liberal Francisco Manuel Gravito Veiga e Lima). Os restantes textos que se podem enquadrar nesta temática, em número de cinco, giram à volta da figura de Gomes Freire. À excepção deste caso, verifica-se o decréscimo do vigor polemizante, a diminuição patente do discurso verberativo.

<sup>77</sup> Três artigos publicados nos números 216, 217 e 218.

<sup>78</sup> N.º 221, 14.1936, p. 214-215.

<sup>79</sup> “O Homem que esteve à beira da forca” (n.º 230).

<sup>80</sup> Entre os números 232 e 241 (com excepção do n.º 239).

<sup>81</sup> Respectivamente nos números 260 e 237, tendo este último capa alusiva.

<sup>82</sup> N.º 241, 19.8.1936, p. 124-126.

<sup>83</sup> Série publicada entre 1 de Janeiro (n.º 208) e 25 de Março (n.º 220), embora com algumas interrupções.

<sup>84</sup> “El-rei D. João VI morreu envenenado?” (n.º 272); “A Conspiração de D. Carlota Joaquina para ganhar o título de regente do Rio da Prata” (n.º 287); “Porque não deu D. Miguel o nome de sua mãe às seis filhas nascidas no exílio?” (n.º 300); “Por mal querer a liberdade” (n.º 297).

#### 4. História, Memória e Ideologia. O combate ao revisionismo histórico integralista

No 17.º editorial, intitulado “Sociedade de Regresso”, Rocha Martins afirmava que o seu tempo recordava o passado, caracterizado pela desconfiança e hipocrisia, pelos espíões e delatores:

“Nota-se na sociedade portuguesa uma acentuada tendência de volta ao passado, expressa em diversos factores e que vão, desde a fúria contra o liberalismo, à forma, aos termos, às palavras empregadas em determinados sectores e que recordam o ‘água vai’ e, senão o padre José Agostinho, ao menos o ‘Punhal dos Corcundas’”<sup>85</sup>.

Nesse ambiente profundamente antiliberal, que ameaçava inclusivamente alguns monumentos, o redactor bradava:

“Felizmente os liberais venceram, e, enquanto estiverem de pé as estátuas que uma coorte energuménica já pensou em demolir e enxovalhar, não há perigo que desapareça da alma portuguesa a fé na liberdade implantada por D. Pedro IV, Saldanha, Terceira, Sá da Bandeira e outros que, sem estarem celebrados no bronze, vivem nas páginas da História”<sup>86</sup>.

A edição de 19 de Outubro de 1934 abria com o artigo “Como se pretende demolir certas personagens históricas e a exaltação de outras” que denunciava abertamente esta intenção de submeter a história a uma leitura ideológica:

“Existe em Portugal uma corrente de singulares tendências cujo principal móbil consiste em tentar demolir no espírito do povo a memória de determinadas figuras e no enaltecimento de outras até repelidas pelo consenso comum. (...)”

Exemplos desses propósitos: condenação sistemática da obra de Oliveira Martins, combate sem tréguas a *todos os actos* de Pombal e não só aos que na realidade o merecem; louvores a D. Maria I, a D. Miguel, ao padre José Agostinho de Macedo e outros sicários plumitivos.

<sup>85</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 17, 6.5.1932, p. 2.

<sup>86</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 78, 7.7.1933, p. 407.



Frei Fortunato de S. Boaventura até já tem o nome à esquina de uma rua; há preparos para se expor na praça pública o monumento à Piedosa e soam rugidos ferozes contra as estátuas de Terceira e de D. Pedro IV em fúria desenvolvida à sombra de uma audácia que não se manifestava nas horas da demagogia infrene”<sup>87</sup>.

Neste mesmo texto Rocha Martins acusava a geração jovem de dinamizar tal atitude, sendo “admiradora da inversão da história”. O seu combate àquilo que designou por “História ao contrário” constitui o cerne da orientação do *Arquivo Nacional*, entrando sem medo em polémicas e tomando partido por causas que se arrastam ao longo de anos nas páginas da revista. Como se viu no ponto anterior, empenhou-se em numerosas situações de defesa de várias figuras, mas as que atingiram maior magnitude foram, indiscutivelmente, o duque da Terceira e Gomes Freire de Andrade.

A capa do n.º 15 (22.4.1932) está ilustrada com uma fotografia do monumento ao duque da Terceira, vendo-se o desenho de uma forca em fundo, numa dimensão que se sobrepõe à estátua; a simbologia desta montagem é esclarecida pela própria legenda: “É que, antes do vulto épico da estátua do Duque da Terceira, dominou, no Cais do Sodré, a sombra maldita da forca absolutista”. A elegia deste herói liberal que comandou o exército libertador, está pois presente desde os primeiros números do *Arquivo Nacional*, tornando-se evidente em Julho desse ano, quando no fim do número 29 (29.7.1932), se patenteia uma fotografia de página inteira da base do monumento do Duque da Terceira com a legenda: “Em 24 de Julho, junto à estátua do Duque da Terceira. O ramo de hortênsias azuis e brancas, carinhosamente confeccionado pela florista do mercado da Praça da Figueira Francisca Rodrigues e oferecido pelo ‘Arquivo Nacional’ e pelo seu director ao egrégio liberal. Nas fitas também azuis e brancas, lê-se o seguinte: Ao duque da Terceira, soldado da liberdade, o ‘Arquivo Nacional’ e Rocha Martins, - 24 de Julho de 1932”.

Parecia que a comemoração desta efeméride se pudesse repetir, nomeadamente no ano seguinte que era o do centenário, mas tal não aconteceu. Em inícios de Julho de 1933, o Governo, temendo eventuais manifestações hostis ao regime, proibiu os festejos preparados por uma comissão de que faziam parte militares, intelectuais e políticos ilustres<sup>88</sup>, sendo o seu promotor

<sup>87</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 145, 19.10.1934, p. 1474.

<sup>88</sup> Almirante Pereira Nunes, generais Norton de Matos e Luís Pereira Martins, brigadeiro Joaquim de Oliveira Simões, coronel Pires Monteiro, tenente-coronel Tamagnini Barbosa, major Eduardo Costa Ferreira, professores Pulido Valente, Hernâni Cidade e Alberto da Rocha Saraiva, e Dr. Brito Camacho (Vicente, Paula Susana Nunes – *Fala o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 159).

Rocha Martins. Este recebeu a informação da decisão governativa pelo 2.º comandante da polícia major Alfredo Ferreira Gil, decidindo mostrar a sua indignação através de uma carta a Salazar.

Assim, o fascículo de 21 de Julho do *Arquivo Nacional* assumia-se na capa como comemorativo da “Entrada das Tropas Liberais em Lisboa”, ostentando uma gravura do Duque da Terceira. O seu editorial intitulava-se “Para os liberais portugueses em 24 de Julho de 1933” e evocava a data histórica, recorrendo a uma linguagem emotiva para descrever o terror miguelista, caracterizado pelos patíbulo e destierros, pelos denunciadores e espiões, “em que a reacção alastrava, na sua chancela de lodo, sangue e excrementos” e o povo vivia “acobardado”. Poucas páginas à frente, seguia-se a “Carta ao doutor Oliveira Salazar Chefe do Governo Português” na qual Rocha Martins lhe lembrava que, como filho do povo, só atingira o alto cargo que ocupava porque o liberalismo tinha vencido, permitindo a plebeus de talento governar estados: esse era o mérito dos “soldados da liberdade”. Sarcasticamente, terminava: “Este ano o glorioso marechal não terá as suas flores, embora eu não atinja que prejuízo possa causar a um governo forte, seguro do apoio da força armada e de outros, o acto de, com uma rosa ou um ramo de louros, engalanar a espada simbólica dum velho duque do passado, neste ano de 1933”<sup>89</sup>.

Rocha Martins pouco podia fazer senão reivindicar o direito à memória: fê-lo evocando anualmente a efeméride e publicando, até à sua saída do *Arquivo Nacional*, numerosos artigos relativos à acção do exército libertador de Terceira.

Todavia, a questão de Gomes Freire alcançou ainda maior expressão nas páginas da revista. Desde 1933 que a figura era evocada, haja em vista a capa do n.º 92 (13 de Outubro) com a gravura “Suplício do general Gomes Freire” acompanhada da legenda: “Completem-se, no próximo dia 18, 116 anos sobre a morte deste mártir da Pátria”, além da publicação de vários artigos em diferentes números. Esta atenção não derivava unicamente da predilecção de Rocha Martins pelo tema, antes da polémica que o general vinha suscitando em várias publicações e círculos intelectuais da época que procedia da sua representação como um traidor e grão-mestre da maçonaria feita por António Sardinha cuja escola historiográfica ganhava então notoriedade e legitimidade, volvida quase uma década sobre a morte do integralista. Embora combatessem “em trincheiras diferentes”, Sardinha e Martins eram amigos e esse tema era um dos seus pólos de discussão desde 1923.

<sup>89</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 80, 21.7.1933, p. 440-441.



Com efeito, Rocha Martins considerava que a moda de detracção de Gomes Freire se devia ao autor de *Ao Princípio era o Verbo*: “Quando ressuscitou, em Portugal, a luta reaccionária, da qual António Sardinha foi o mais activo corifeu, voltou-se a acusar o general”<sup>90</sup>.

Com entusiasmo, votou muito do seu tempo e trabalho à reabilitação de Gomes Freire que não deixava de ver como um mártir de liberdade e da pátria. Em 1934, publicou onze textos<sup>91</sup> produzidos à luz de nova documentação. O general fazia a capa do n.º 145 onde se anunciava: “Descobriu-se o processo do executado em S. Julião da Barra. O general ilibado de traição à Pátria em 1815”<sup>92</sup>. No artigo que inaugurava esta série de textos, Rocha Martins não só identifica as pessoas que lhe permitiram tomar conhecimento do documento original do processo de Gomes Freire, como escolhe um título que espelhava as intenções do estudo: “O Processo do General Gomes Freire. Resposta às acusações que se lhe fizeram. Documentação ilibadora de traição à Pátria. O perfil do condenado por António Sardinha. Primeiros anos e primeiras batalhas do executado em S. Julião da Barra”<sup>93</sup>.

Este labor prossegue no ano seguinte, com mais onze textos: sete continuam a estudar o processo, um afirma a sua ilibação, dois aludem ao seu suplício, e o último aborda a conspiração. A linguagem enérgica de Rocha Martins dirige-se sobretudo à corrente empenhada em denegrir Gomes Freire que parecia revigorar-se:

“A fúria dos adversários da memória de Gomes Freire redobra, como se tivessem ressuscitado os magistrados infectos que aproveitaram com a sua morte.

Por vezes, julgamos que 1817 é o ano em que vivemos, tal é a cólera, a freima, a raiva do ataque.

De quando em quando, a propósito da mais insignificante coisa, a memória de Gomes Freire recebe os pinotes da récu, e com ele a Maçonaria, de que foi grão-mestre. Eis o seu maior crime. Já demonstrámos que naquele

<sup>90</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 160, 30.1.1935, p. 78-79.

<sup>91</sup> Publicados do n.º 145 (19.10.1934) ao n.º 155 (28.12.1934). Até ao n.º 149 os artigos intitulavam-se “O processo de Gomes Freire” e, posteriormente, 2.ª reabilitação de Gomes Freire”.

<sup>92</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 145, 19.10.1934.

<sup>93</sup> “O aparecimento do processo do general Gomes Freire, descoberto pelo distinto funcionário da Repartição dos Feitos Findos, o ilustre publicista João de Vilhena, vem ajudar muito a reabilitação da memória do supliciado de S. Julião da Barra. Mercê dos ilustres escritores, e nossos queridos amigos, drs. Júlio Dantas e António Ferrão, e à gentileza de Carlos Fernandes, funcionário distinto da Inspeção das Bibliotecas foi-nos dado folhear o processo do infeliz militar, do qual vamos tratar, antepondo nossas razões às dos adversários da memória do homem por eles condenado mesmo à luz da razão” (*Arquivo Nacional*, n.º 145, 19.10.1934, p. 1480).

tempo a maçonaria era bem diferente do que imaginam na sua maluqueira de velhas devotas, mas nem assim se convencem. Não há dúvida, estamos em 1817, mas é bom recordar que os mais encarniçados inimigos do liberalismo lhe aderiram para o trair.”<sup>94</sup>

Rocha Martins lamentava que a Imprensa – à excepção da *República*, *Diário de Notícias* e do *Primeiro de Janeiro* – continuasse “muda ante esta campanha, tendente a verberar os insultos com que crivam a memória do condenado”; quanto aos detractores de Gomes Freire, Sardinha era o único que lhe merecia atenção, “pois todos os outros são servis discípulos do escritor”<sup>95</sup>. As suas palavras são eloquentes:

“Diariamente, alguns reaccionários, que vieram à superfície, saídos dos lodos proveitosos que os sustentam, aparecem nas gazetas defensoras dos organismos religiosos, proibidos pela lei, a condenar a memória do mártir.

Merecem-nos solene desprezo – nojo e asco – esses indivíduos, alguns ousados aventureiros de má casta e outros devoristas dos dinheiros públicos, visto fruïrem ilegalmente proventos dos empregos que não exercem assiduamente.

Aqui fica o que sentimos. Há adversários que só se devem marcar com a repulsa”<sup>96</sup>.

Ou ainda:

“Nós não escrevemos nunca os apelidos desses discípulos (?) de António Sardinha. Claro que não lhes respondemos e que os desprezamos com todo o nosso orgulho e com toda a nossa energia”<sup>97</sup>.

<sup>94</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 156, 3.1.1935, p. 8-9 e 14.

<sup>95</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 161, 6.2.1935, p. 86-87.

<sup>96</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 168, 27.3.1935, p. 196-197.

<sup>97</sup> *Arquivo Nacional*, n.º 171, 17.4.1935, p. 254-255.



## 5. Conclusão

Apesar da diversidade dos seus interesses históricos, Rocha Martins consagrou no *Arquivo Nacional* particular importância à tensão absolutismo/liberalismo. Este facto não terá exclusivamente a ver com as suas predilecções temáticas mas também com a oportunidade que elas lhe proporcionavam de dialogar com o presente, de veicular a defesa dos princípios da liberdade e da tolerância em que sempre assentou o seu pensamento. A questão absolutismo *versus* liberalismo servia a sua consciência historiográfica que pressupunha a publicitação de determinados eventos e doutrinas que em Portugal tinham assumido grande relevância histórica.

Numa época em que a execração da doutrina liberal, vista como a herdeira dos princípios revolucionários, acompanhava o crescendo dos regimes totalitários quer a nível interno quer externo, Rocha Martins entendeu que compreensão do liberalismo pudesse constituir um instrumento de crítica, contestação e até de prevenção. Este semanário de divulgação histórica evidencia, pois, a sua repulsa pelo revisionismo histórico da ditadura militar e dos primórdios do Estado Novo, perseverando numa pedagogia da história para a cidadania que, à semelhança de outras vozes se tornou incómoda e, à semelhança de outras vozes, foi suprimida.